

Universidade Federal de Pernambuco

Programa de Pós-Graduação em Geografia

Período letivo: 2023.1

Disciplina: GE984 Tópicos Especiais em Geografia Humana II (45 hr / 03 créditos)

Pensamento Crítico Latino-Americano: neocolonialismo em territórios extrativistas; colonialismo jurídico e ecologia política enquanto instrumentos de ressignificação das relações de poder, do ser e do saber.

Profa. Dra. Margarita Maria Asuncion Lara Neves

1. EMENTA

Esta disciplina eletiva promove o debate em relação aos impactos da colonialidade do território em presença do extrativismo minerador, herança da modernidade eurocêntrica. Incentiva a leitura de textos, em língua espanhola, de autores latino-americanos do pensamento crítico referente à análise da injustiça distributiva e a desigualdade social no continente latino-americano. O 'colonialismo interno' perpetua a colonialidade após 200 anos da retirada dos colonizadores.

2. OBJETIVOS

1. GERAL

Enfatizar a formação transdisciplinar dos discentes em geografia com o objetivo de superar o hiato analítico entre os campos científicos responsáveis pela discussão ampliada dos fenômenos sociais cuja complexidade transcende o conteúdo específico de uma determinada linha de pesquisa.

2. ESPECÍFICOS

Analisar e avaliar os impactos negativos do colonialismo jurídico, herança do eurocentrismo e os valores da ecologia política que ressignifica as relações de poder, as permanências e descontinuidades das relações sociedade e natureza em favor da sustentabilidade.

3. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Colonialidade do território

- Capitalismo periférico e racionalidade neoliberal – contextos de expropriação e de exploração traduzidos em formas predatórias de organização da vida, tanto em detrimento do bem-estar social como da qualidade ambiental.
- Apropriação do excedente de capital de parte de agentes públicos e privados consorciados; cidadania fragilizada que impede o controle do excedente em benefício dos menos favorecidos; oportunismo e jogo de interesses pela apropriação de benefícios emanados do Estado.
- Precarização da condição de cidadania e da construção de um coletivo; distanciamento da sociedade civil do poder público. Política – instância de organização da existência humana. Político – manifestação do dissenso e do conflito social.
- Acumulação por despossessão – produção do espaço pela lógica da destruição criativa; preservação de excedentes de capital e força de trabalho que podem ser absorvidos por novos arranjos institucionais, evitando a sua desvalorização.

- Descrição de estudos exploratórios pautados no neoextrativismo minerador que consolida economias de enclave que promovem a devastação ambiental, a perda da biodiversidade e a gentrificação das comunidades que residem em áreas limdeiras aos complexos mineradores responsáveis por elevados índices de poluição do ar, do solo e dos recursos hídricos. Presença de conflitos sociais centrados em “zonas de sacrifício” decorrentes do descaso das autoridades negligentes quanto à penalização dos responsáveis pelas externalidades negativas.

Colonialismo Jurídico

- Modelos de desenvolvimento orientados por economias extrativistas assimétricas, socialmente injustas e ambientalmente insustentáveis, onde paradoxalmente coexistem a igualdade jurídica e a desigualdade social.
- O colonialismo jurídico de Estado e a consolidação de um processo de apropriação do território de parte de empresas transnacionais de mineração. Formação de uma cultura jurídica, mais pela importação de valores europeus e menos pela troca de experiências com os povos originários.
- O Estado de Direito enquanto promotor da desigualdade de acesso aos direitos sociais. Mecanismo de controle social e de manutenção da ordem, de centralização das elites no poder, de unificação do território e do monopólio da produção normativa.
- Estado de Direito – padrão hegemônico do mundo ocidental que reafirma o colonialismo até a contemporaneidade. Neoextrativismo e a reprimarização das economias de enclave latino-americanas orientadas por regimes jurídicos da era colonial eurocêntrica, acentuando novas assimetrias no contexto de uma nova ordem geopolítica.
- Abordagem policial/governamental dos direitos humanos fundamentada na judicialização e no esvaziamento do conteúdo político. Administração empresarial do modelo de gerencialismo público fundamentado nos mecanismos de eficiência, eficácia e efetividade.

Pensamento crítico latino-americano

- A invenção da raça em favor da exploração do trabalho indígena e afrodescendente nos primórdios do capitalismo mercantil do sec.16; colonialidade do imaginário nas esferas do poder, do saber e do ser.
- Reconhecimento das minorias subalternas invisibilizadas pela intolerância etnocultural da diversidade. Concepção integral dos direitos humanos, salientando o direito à satisfação das necessidades individuais e coletivas e o direito ao reconhecimento das identidades culturais.
- Princípio da paridade participativa que promove a equidade na representação política e a garantia de justiça social na redistribuição da riqueza.
- Espaço, lugar e tempo: a construção local da racionalidade ambiental; a natureza enquanto recurso econômico e patrimônio cultural.

- Justiça ambiental e os novos direitos coletivos; desconstrução da lógica da racionalidade econômica e jurídica que legitima os processos produtivos, os regimes de propriedade e os mecanismos que privilegiam os interesses privados.
- Inexistência de direitos ambientais, étnicos e coletivos resultante de um regime jurídico de direito privado como dispositivo de poder do capital. Conflitos sociais dos povos originários e sua reivindicação ao direito de autonomia política e de utilização dos recursos naturais.
- A ecologia política e a construção de novos direitos socioambientais que emergem do posicionamento dos movimentos sociais diante dos impactos ambientais e das estratégias alternativas de manejo sustentável dos recursos naturais.
- A ecologia política enquanto campo de investigação teórica e ação política em relação à crise ambiental e à destruição das condições de sustentabilidade da civilização humana.
- América Latina e a decadência ecológica associada à pobreza e à distribuição desigual da riqueza, resultantes do modelo de desenvolvimento adotado.
- A acumulação capitalista e a colonização de territórios, a exclusão de comunidades e a desterritorialização dos povos originários dos ecossistemas.

4. METODOLOGIA ADOTADA

Aulas interativas onde o aluno debate os textos de leitura referentes a cada item do conteúdo programático. Eventual abordagem de textos de cunho político e econômico de jornais internacionais em língua espanhola que propiciem subsídios às questões teóricas discutidas.

5. SISTEMA DE AVALIAÇÃO

Avaliação final escrita, nela o aluno deverá fundamentar qual foi a contribuição que a disciplina propiciou, em termos de aportes teóricos e experiências de estudos exploratórios ao seu projeto de pesquisa. É essencial a participação do aluno nos debates de cada um dos temas apresentados durante a disciplina; este requisito faz parte do conceito de desempenho atribuído ao discente.

6. BIBLIOGRAFIA

Textos PDF enviados sistematicamente ao e-mail de cada um dos alunos para leitura e debate nas aulas semanais. Seguem alguns livros texto de referência ao conteúdo programático:

Alimonda, H. – Ecología Política latino-americana y pensamiento crítico. UFPR Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, vol. 35 dez. 2015.

_____ - La naturaleza colonizada: ecología política y minería en América Latina (coordinador). Buenos Aires, CLACSO, 2011.

Brown, W.- Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo, Editora Filosófica Politeia, 2019.

Bruckman, M. – Ou inventamos ou erramos: a nova conjuntura latino-americana e o pensamento crítico. Tese de doutorado PPGCP, UF Fluminense, 2010.

De la Villa, I.- La sostenibilidad del medio ambiente o la pospolitización de la naturaleza: repensar el vínculo entre lo político, la política y la ciencia. Universidad Complutense de Madrid, Pensamiento al Margen, revista digital nº10, 2019.

Ferraz Junior, T S. e Borges, G. R. – A superação do direito como norma: uma revisão descolonial da teoria do direito brasileiro. Universidade Católica de Brasília UCB, São Paulo, Almedina, 2020.

Ferrazo, D.; Duarte, F.C. – Colonialização Jurídica na América Latina.

Fraser, N. & Jaeggi, R. – Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica. São Paulo, Boitempo, 2018.

González Casanova, P.- Colonialismo Interno. UNAM, México, 2003.

Gilroy, P. – O Atlântico Negro, Universidade Candido Mendes UCAM, São Paulo, Editora 34, 2001.

Gudynas, E. - Extractivismos en América del Sur y sus efectos derrame. La Revista, boletín sociedad, Suiza Americanistas num. 76, 2015.

Gutiérrez, F.- Poder y Democracia en Claude Lefort. México, Revista de Ciencias Políticas, vol.31, nº2, 2011.

Harvey, D. – Os sentidos do mundo: textos essenciais. São Paulo, Boitempo, 2020.

_____ - O novo imperialismo. São Paulo, Edições Loyola, 2014.

_____ - O neoliberalismo: história e implicações. São Paulo, Edições Loyola, 2014.

Lander, E.- El neoextractivismo como modelo de desarrollo en América Latina y sus contradicciones. Berlin, 2014.

Leff, H. – Racionalidade Ambiental: a reapropriação social da natureza. RJ, Civilização Brasileira, 2006.

_____. Ecologia Política. Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, Editora da Unicamp, 2021.

Martins, P.H. – Teoria crítica da colonialidade. Rio de Janeiro, Ateliê de Humanidades, 2019.

Mouffe, Ch.- Sobre o político. São Paulo, Editora WMF, 2015.

Ponce Dellasta, H.; Bianconi, R. – Extrativismo e Neoextrativismo latino-americano: da crítica à condição primário exportadora à busca por alternativas. XIV Congresso Brasileiro de História Econômica, Varginha, 15 a 17 de novembro de 2021.

Porto Gonçalves, C.W.- A Ecologia Política na América Latina: reapropriação social da natureza e reinvenção dos territórios. Interthesis, UFSC, Florianópolis, vol.9, num.1, jan./jun.2012.

Sassen, S.- Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global. Rio de Janeiro, Paz & Terra, 2016.

Schiavinatto Vitti, G. – Capital, Colonialidade e Extrativismo: notas sobre as práticas territoriais de poder no setor mineral. Universidade Estadual de Londrina, Geographia Opportuno Tempore, vol.5, num.1, 2019.

Segato, R.- Crítica da Colonialidade em oito ensaios e uma antropologia por demanda. Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, 2021.

Souza Santos, B. – Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. SP, Cortez, 1997.

Svampa, M.- As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro eco territorial e novas dependências. SP, Elefante, 2019.

Swyngedouw, E.- La naturaleza no existe: la sostenibilidad como sintoma de una planificación despolitizada. URBAN artículos y notas de investigación, 2011.

Teixeira Assis, W.F. – Do Colonialismo à Colonialidade: expropriação territorial na periferia do capitalismo. Caderno CRH, Salvador, vol.27, num 72, set/dez 2014.

Walsh, C.- Interculturalidad, Estado, Sociedad: luchas decoloniales de nuestra época. Universidad Andina Simón Bolívar, Quito, Ecuador,